



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

LEI Nº 1011, DE 27 NOVEMBRO DE 2025.

Altera a Lei Municipal 902, de 18 de maio de 2023, que cria o Cred Moto - Programa de Crédito Especial para aquisição de motos para a AMOTAP, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PILAR, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa e os arts. 1º, 4º e 6º, da Lei Municipal nº 902, de 18 de maio de 2023, que criou o Cred Moto - Programa de Crédito Especial para aquisição de motos para a ASMOTAP, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Cria o Cred Moto - Programa de Crédito Especial para aquisição de motos para os mototaxistas associados a ASMOTAP, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei trata da criação do Programa Cred Moto, mecanismo de financiamento para aquisição de motos para os mototaxistas associados à ASMOTAP - Associação dos Mototaxistas do Município de Pilar, Alagoas.

Art. 4º Os recursos do Cred Moto - Programa de Crédito Especial para aquisição de motos para os mototaxistas associados à ASMOTAP, poderão ser utilizados para:

I - aquisição de motocicletas novas ou usadas com o mínimo de tempo de uso;

II - regularização fiscal e/ou da propriedade da motocicleta;

III - compra de equipamentos, componentes e acessórios para que a motocicleta se encontre em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - , Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo único. A idade limite do veículo, no caso de utilização do crédito previsto nesta Lei para aquisição de motocicleta usada, será definido por Decreto Regulamentar ou por outra Legislação atinente, sendo considerada a data da sua fabricação.

Art. 6º O crédito de que trata esta Lei fica limitado ao valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mototaxista. *R*



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

§1º A taxa de juros praticada será de acordo com os preceitos instituídos pela Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - BANCO POP - com base na Lei Municipal nº 652, de 11 de outubro de 2017.

§2º O mototaxista que tiver o crédito aprovado pela Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - BANCO POP - terá carência de 90 (noventa) dias, após a data da Assinatura do contrato, para iniciar o pagamento do respectivo empréstimo.

§3º O mototaxista poderá solicitar novos financiamentos junto a Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - BANCO POP -, para os fins previsto nesta Lei, desde que quitado integralmente o anteriormente contraído e respeitado o critério cronológico dos respectivos pedidos.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pilar-AL, em 27 de novembro de 2025.

Maria de Fátima Resende Rocha Oiticica
Maria de Fátima Resende Rocha Oiticica
Prefeita

Certifico para os devidos fins, que a Lei nº 1011/2025, de 27 de novembro de 2025, foi registrada e publicada na sede da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pilar-AL, em 27 de novembro de 2025.

Bruno Luiz Silva Berta
Bruno Luiz Silva Berta
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 349/2025

Bruno Berta
Secretário Municipal de Administração
Bruno Luiz Silva Berta



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

LEI Nº 902/2023, DE 18 DE MAIO DE 2023.

Cria o CRED MOTO – Programa de Crédito Especial para aquisição de motos para a ASMOTAP, e dá outras providências.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PILAR, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei trata da criação do programa CRED MOTO, mecanismo de financiamento para aquisição de motos para a Associação dos Mototaxistas de Pilar (ASMOTAP).

Art. 2º Para efeito do disposto nesta Lei, são considerados mototaxistas aqueles profissionais cuja atuação é regulamentada pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

Art. 3º São objetivos do CRED MOTO:

- I - geração e manutenção de trabalho e renda para os profissionais atendidos pelo programa;
- II - valorização de um dos meios de transportes mais acessíveis a população Pilarense;
- III – propiciar mais qualidade e segurança para os usuários destes serviços, a partir da renovação e regularização da frota de motocicletas;
- IV - possibilitar o uso da motocicleta de forma regular, sob os aspectos tributários e dos respectivos registros.

Art. 4º Os recursos do CRED MOTO – Programa de Crédito Especial para mototaxistas poderão ser utilizados para:

- I - aquisição de motocicletas novas ou usadas com o mínimo de tempo de uso;
- II - regularização fiscal e/ou da propriedade da motocicleta;
- III - adaptação da motocicleta e compra de equipamentos para que a mesma possa ser utilizada nos termos da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

Parágrafo único. Para fins de contagem de tempo, o ano da motocicleta é contado a partir da data da sua respectiva fabricação.

Art. 5º Fica autorizada, para a implementação do CRED MOTO – Programa de Crédito Especial para mototaxistas, a utilização dos recursos e fundos geridos pelo Banco POP.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

Parágrafo único. O empréstimo será concedido a qualquer pessoa física que se enquadrem nos moldes da presente Lei.

Art. 6º Fica limitado o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por mototaxista, só podendo fazer nova compra após o período de 5 (cinco) anos.

I – a taxa de juros será de acordo com os ditames e preceitos instituídos pelo Banco POP com base na Lei Municipal nº 652, de 11 de outubro de 2017;

II – o mototaxista que tiver o crédito aprovado pelo Banco POP terá uma carência de 90 (noventa) dias, após a data da assinatura, para iniciar o pagamento do respectivo empréstimo.

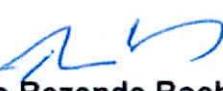
Art. 7º O tempo deste financiamento não poderá exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, limitando a compra de até 2 (duas) motos a cada mês.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária constante de seu orçamento vigente.

Art. 9º As condições estabelecidas para a implementação desta Lei serão regulamentadas em decreto.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pilar-AL, em 18 de maio de 2023.


Renato Rezende Rocha Filho
Prefeito

Certifico para os devidos fins, que a Lei nº 902/2023, de 18 de maio de 2023, foi registrada e publicada na sede da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pilar-AL, em 18 de maio de 2023.


Newton Rodrigo Rocha Sarmento
Secretário Municipal de Administração